

Aluna: Júlia Canalli

Orientadora: Prof. Ms. Cristina Lazarotto Fortes

PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MEIO AMBIENTE

PALAVRAS-CHAVES: Imigrantes. Meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. Telhados ecológicos. Cooperativas.

INTRODUÇÃO: O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, tem natureza de direito fundamental protegido pela Constituição Federal brasileira. Também é dever do Estado e da sociedade defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, o que advém de sua natureza universal, perfectibilizada a partir da terceira dimensão dos direitos humanos, cujo valor é o da fraternidade. Esta pesquisa propõe um estudo sociojurídico e transdisciplinar sobre a proteção do meio ambiente no contexto hodierno dos movimentos migratórios para o Brasil, que atenda também à necessidade de absorção dessa nova mão de obra.

OBJETIVO GERAL: Analisar o contexto dos movimentos migratórios e suas implicações, bem como propor uma prática de intervenção nos problemas ambientais, integrando a população imigrante aos aqui já estabelecidos.

OBJETIVO ESPECÍFICO: Propor uma alternativa ecologicamente sustentável de organização do trabalho, voltada particularmente aos imigrantes que chegam ao país em busca de emprego: a criação de cooperativas que tenham por objeto a construção de telhados ecológicos. O projeto tem por escopo a inclusão do imigrante no processo de desenvolvimento sustentável, mediante o ingresso no mercado de trabalho formal, em atividade que vise à proteção do meio ambiente como forma de sustento e de melhoramento da qualidade de vida de toda a sociedade.

METODOLOGIA: Para a concretização do estudo sociojurídico, adotou-se o método hipotético-dedutivo, a partir da problemática que envolve a imigração e a proteção do meio ambiente, com observação e aplicação da teoria constitucional a respeito da defesa e preservação do meio ambiente e a proposta de criação de cooperativas formadas por imigrantes que ofereçam serviços voltados à preservação ambiental, por meio da instalação de telhados ecológicos.



PRINCIPAIS REFERÊNCIAS:

CANOTILHO, Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato, organizadores. **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2008.

IBRAHIM, Francini Imene Dias. **Educação Ambiental: estudos dos problemas, ações e instrumentos para o desenvolvimento da sociedade**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

RESTA, Eligio. **O Direito Fraterno**. Trad. Sandra Regina Martini Vial (coord.). Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 4. ed. rev. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2002.